



Teoria do Conhecimento, Epistemologia e Filosofia do Direito

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2020



Teoria do Conhecimento, Epistemologia e Filosofia do Direito

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Teoria do conhecimento, epistemologia e filosofia do direito

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Kimberlly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T314 Teoria do conhecimento, epistemologia e filosofia do direito
/ Organizadores Adaylson Wagner Sousa de
Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos.
- Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-626-3
DOI 10.22533/at.ed.263202711

1. Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de
(Organizador). II. Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de
(Organizadora). III. Título.

CDD 340

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Em **TEORIA DO CONHECIMENTO, EPISTEMOLOGIA E FILOSOFIA DO DIREITO**, coletânea de dezesseis capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica de cidadania que impacta na construção de um estado democrático de direito genuinamente inclusivo, diverso e de/para todos.

Temos, nesse volume, dois grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam estudos de proteção às minorias e estudos de direito e sociedade.

Estudos de proteção às minorias traz análises relevantes sobre a população negra, pobre, criança e adolescente, deficiente, idosa e transexual.

Em estudos de direito e sociedade são verificadas contribuições que versam sobre empresa, marca, direitos autorais, sociedade da informação, mediação, lavagem de capitais, justiça em Cícero e o ofício da advocacia em prol da sociedade.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“VIDAS NEGRAS IMPORTANTAM”: MOVIMENTOS REFLEXIVOS DA SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO

Erika Rejane Rodrigues de Souza Fideles

Francisca Bezerra de Souza

Karen Giuliano Soares

Luciane Pinho de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.2632027111

CAPÍTULO 2..... 17

O PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA BOLSA FAMÍLIA: SUPERAÇÃO OU ALÍVIO DA POBREZA?

Andrea Oliveira D’Almeida

DOI 10.22533/at.ed.2632027112

CAPÍTULO 3..... 31

POBREZA EXTREMA E DIREITOS SOCIAIS: A PROTEÇÃO DAS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL COMO FATOR DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS

Viviane Freitas Perdigão Lima

Renata Caroline Pereira Reis

DOI 10.22533/at.ed.2632027113

CAPÍTULO 4..... 44

COMUNICAÇÃO ENTRE AS ÁREAS DO CONHECIMENTO: A INTERDISCIPLINARIDADE COMO ESTRATÉGIA DIALÓGICA E A GARANTIA DE PROTEÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Lúcia Aparecida Goulart Vieira

Leonice Domingos dos Santos Cintra Lima

Márcia Rejane Mesquita O. Silva

DOI 10.22533/at.ed.2632027114

CAPÍTULO 5..... 60

FAMÍLIAS, DEFICIÊNCIAS E INCLUSÃO: UM OLHAR PSICOSSOCIAL E JURÍDICO

Elisa Néri Ribeiro de Carvalho Romero Rodrigues

Claudia Mazzer Rodrigues Palucci

Sarah Telini Garcia

Andresa Sousa Maito Gomes

Heloisa Helena de Souza Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.2632027115

CAPÍTULO 6..... 70

COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA COMO UM DIREITO HUMANO: UMA VISÃO FEMINISTA SOBRE A GUARDA E ALIENAÇÃO PARENTAL

Máisa Sampietro Pinheiro

Marcos Aragão Couto de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.2632027116

CAPÍTULO 7..... 83

OS CÍRCULOS DE PAZ COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO NO CUIDADO DE IDOSOS VÍTIMAS DE MALTRATO

Eliete Teles de Jesus Souza

Jéssica Silva da Paixão

DOI 10.22533/at.ed.2632027117

CAPÍTULO 8..... 97

ANÁLISE DO PROCESSO DE DESJUDICIALIZAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO NOME E DO GÊNERO NO REGISTRO CIVIL BRASILEIRO DA PESSOA TRANSEXUAL

Roberta Julliane de Lima Santos Lira

DOI 10.22533/at.ed.2632027118

CAPÍTULO 9.....117

ESPIONAGEM: A PRESENÇA DA PRÁTICA NA HISTÓRIA E ASPECTOS JURÍDICOS NO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS

Elmer Érico Link

Wisllen Rayron de Souza Rosa

DOI 10.22533/at.ed.2632027119

CAPÍTULO 10..... 135

REGISTRO DE MARCAS: UM ESTUDO DE CASO NO GRUPO CLAUDINO

Bekembauer Procópio Rocha

Andressa Grazielle Silva Oliveira

Sandy Raiany de Sousa Abreu

Francisco Sandro Rodrigues Holanda

DOI 10.22533/at.ed.26320271110

CAPÍTULO 11..... 146

FANFICTION, FANART, FANZINE: EXPRESSÕES ARTÍSTICAS DOS FÃS PERANTE OS DIREITOS AUTORAIS

Natalia Zimmermann

DOI 10.22533/at.ed.26320271111

CAPÍTULO 12..... 164

CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA NOVA EPISTEMOLOGIA JURÍDICA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Gustavo Ferreira Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.26320271112

CAPÍTULO 13..... 176

MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA COMO INSTRUMENTO EFETIVO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

Raíssa Varrasquim Pavon Ovando

Rômulo Gustavo de Moraes Ovando

Pedro Pereira Borges

DOI 10.22533/at.ed.26320271113

CAPÍTULO 14..... 189

APLICAÇÃO DA TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA NOS CRIMES DE LAVAGEM DE CAPITALS

João Augusto Borges Terra

Nivalda de Silva Lima

DOI 10.22533/at.ed.26320271114

CAPÍTULO 15..... 197

A JUSTIÇA EM CÍCERO: ANÁLISE DA JUSFILOSOFIA PRESENTE NAS OBRAS "DE REPÚBLICA" E "DOS DEVERES" DE CÍCERO

José Dorival Ribeiro de Brito Neto

DOI 10.22533/at.ed.26320271115

CAPÍTULO 16..... 212

A FUNÇÃO DO ADVOGADO PERANTE A SOCIEDADE E ASPECTO *SUI GENERIS* DO SEU MANDATO

Jean Helena Blum

DOI 10.22533/at.ed.26320271116

SOBRE OS ORGANIZADORES 220

ÍNDICE REMISSIVO..... 222

FAMÍLIAS, DEFICIÊNCIAS E INCLUSÃO: UM OLHAR PSICOSSOCIAL E JURÍDICO

Data de aceite: 23/11/2020

Data de submissão: 04/09/2020

Elisa Néri Ribeiro de Carvalho Romero Rodrigues

FD-USP
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/3253728398182795>

Claudia Mazzer Rodrigues Palucci

FMRP-USP
Ribeirão Preto – SP
<http://lattes.cnpq.br/3628575044279473>

Sarah Telini Garcia

Residente Saúde Mental (Dependência Química) FM-USP
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/4094581997943411>

Andresa Sousa Maito Gomes

Unifran
Franca – SP
<http://lattes.cnpq.br/4144270965494522>

Heloisa Helena de Souza Barbosa

Unifacef
Franca – SP
<http://lattes.cnpq.br/4814427847904613>

processo da inclusão das pessoas com deficiência. Ao abordar as deficiências, destaca-se que, nas últimas décadas, a inclusão social da pessoa com deficiência vem sendo considerada uma necessidade premente. A partir da compreensão sobre as funções primordiais das famílias para o desenvolvimento humano, evidencia-se a potencialidade das mesmas enquanto agentes na inclusão da pessoa com deficiência. Mas, para que a inclusão possa ocorrer de fato, legislações e políticas públicas eficientes são essenciais. Dentre tais legislações, o Estatuto da Pessoa com Deficiência trouxe maior autonomia, diminuindo assim as diferenças entre as pessoas com deficiências e as demais. Porém, no que se refere às políticas públicas, devido ao sistema econômico atual, nota-se que estas tornaram-se fragmentadas e individualizadas, enfraquecendo, com isso, a proteção às famílias. Ressalta-se a necessidade de participação do Estado para a construção de mecanismos de inserção, encaminhamento e cuidado às famílias, para que sua interação com o ambiente social mais amplo possa apresentar efeitos de proteção sobre todos os seus membros e, em especial, as pessoas com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Família. deficiência. inclusão. estatuto.

RESUMO: Considerando que as famílias compartilham das noções socialmente construídas sobre a deficiência e que, sendo o primeiro contexto de socialização, apresentam centralidade na constituição do ser, este artigo pretende discutir a relevância e o lugar destas no

FAMILIES, DISABILITIES AND INCLUSION: A PSYCHOSOCIAL AND LEGAL VIEW

ABSTRACT: Considering that families share the socially constructed notions about disability and that, being the first context of socialization, are

central to the constitution of being, this article aims to discuss the relevance and place of these in the process of including people with disabilities. In addressing disabilities, it is highlighted that, in recent decades, the social inclusion of people with disabilities has been considered a pressing need. From the understanding of the primordial functions of families for human development, their potentiality as agents in the inclusion of people with disabilities is evident. However, for inclusion to take place, effective legislation and public policies are essential. Among such laws, the Statute for Persons with Disabilities brought greater autonomy, thus reducing the differences between people with disabilities and others. However, with regard to public policies, due to the current economic system, it is noted that these have become fragmented and individualized, thereby weakening the protection of families. The need for State participation to build mechanisms for insertion, referral and care for families is emphasized, so that their interaction with the broader social environment can have protective effects on all its members and, in particular, people with disabilities.

KEYWORDS: Family. disability. inclusion. statute.

1 | INTRODUÇÃO

Ainda hoje se observa uma grande dificuldade quanto ao entendimento e à aceitação do outro em sua diversidade, sendo frequente a exclusão de pessoas com deficiência. Tal realidade, encontra-se diretamente relacionada às ideias que têm norteado a concepção de deficiência ao longo da história, sendo essencial o reconhecimento de que as visões sobre a deficiência, vigentes em cada período histórico, exerceram forte influência sobre o lugar das pessoas com deficiência e de suas famílias na sociedade contemporânea.

Na antiguidade, em consonância com os ideais morais da sociedade clássica, em que a eugenia e a perfeição eram extremamente valorizadas, crianças nascidas com deficiências físicas ou intelectuais eram consideradas sub-humanas, sendo justificável que fossem eliminadas ou abandonadas ao relento (CASARIN, 1999; PESSOTI, 1984).

Na Idade Média, devido à influência da Igreja, a deficiência era entendida como um fenômeno espiritual, de modo que a postura da sociedade da época era dotada de uma ambivalência entre a caridade e o castigo. Com a influência da doutrina cristã, as pessoas com deficiência começaram a ser vistas como possuidoras de uma alma, sendo então filhas de Deus, eram acolhidas em instituições de caridade. Nessa mesma época, eram também consideradas como produtos da união entre a mulher e o diabo, o que justificava que a mãe e a criança fossem castigadas e, até mesmo, queimadas (ARANHA, 1995; SCHWARTZMAN, 1999).

No século XV, com a revolução burguesa e as consequentes mudanças das concepções de homem e de sociedade, a deficiência passou a ter conotação diretamente relacionada ao sistema econômico, sendo a pessoa com deficiência

vista como economicamente improdutivo. Além disso, com os avanços da medicina, as deficiências passaram a ser entendidas como problemas médicos, a partir de uma leitura organicista, e não mais como questões teológicas e morais (SILVA; DESSEN, 2001).

Nos séculos seguintes, observou-se um fortalecimento do modo de produção capitalista, e os indivíduos eram vistos como essencialmente diferentes, de modo a se legitimar a desigualdade, os valores de dominação e de privilégios. Especificamente durante os séculos XVII e XVIII, ampliaram-se as concepções de deficiência, com enfoques principalmente médicos e educacionais, encaminhando uma diversidade de atitudes da sociedade em relação às pessoas com deficiência, tais como a institucionalização em conventos e hospícios e o oferecimento de educação especial (ARANHA, 1995).

É importante ressaltar que, no que se refere à família, independentemente da presença da deficiência, somente após o século XVII, esta passou a ser considerada um grupo afetivo e socializador, o que ocorreu a partir da valorização da infância, enquanto um momento peculiar de desenvolvimento - para a família ocidental, associada à construção da estrutura familiar burguesa (ARIÈS, 1981). Nesse sentido, Igreja e Estado passaram a reconhecer os cuidados dos filhos, nascidos da união conjugal, como uma responsabilidade da própria família. Desde então, a família começou a delimitar uma vida privada e a se organizar tendo por referência os filhos, sendo que esta forma de viver em família foi assimilada também pela classe proletária até o século XX.

Ao longo do século XX, surgiram outras visões sobre a deficiência a partir de diferentes modelos, a saber, os modelos de determinação social, metafísico, sócio-construtivista e sócio-histórico. No referido século, especialmente após as duas grandes guerras, e a partir da ideologia da normalização, inaugurou-se a ideia da importância de se incluir a pessoa com deficiência na sociedade mais ampla e de auxiliá-la na aquisição de condições e na adequação aos padrões da vida cotidiana, porém ainda com a noção de deficiência como um fenômeno que se localiza no sujeito (ARANHA, 1995).

Nas últimas décadas, a inclusão social da pessoa com deficiência vem sendo considerada uma necessidade premente, uma vez que, em conformidade com os ideais democráticos de justiça e dignidade atuais, deve-se assegurar o seu acesso às políticas públicas e ao efetivo exercício da cidadania. Nesse sentido, observa-se uma valorização crescente do ideal de uma sociedade inclusiva, a qual deve permitir o reconhecimento da diversidade que a compõe, a identificação das necessidades advindas das deficiências, o oferecimento dos serviços especializados e a promoção de suporte para uma vida mais autônoma e digna para todos.

Considerando que as famílias compartilham das noções socialmente

construídas acerca da deficiência e que se constituem no primeiro grupo social, no qual o ser humano se insere, o presente estudo objetiva discutir, de maneira crítica e reflexiva, a importância e o lugar das famílias no processo da inclusão das pessoas com deficiência.

2 I AS FAMÍLIAS COMO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO

Sendo as famílias o primeiro grupo no qual o indivíduo é inserido, não se pode negar a sua importância para o desenvolvimento humano. Enquanto contexto de desenvolvimento, as famílias apresentam algumas funções primordiais, dentre as quais podem ser destacadas as funções biológicas, psicológicas e sociais (OSÓRIO, 1996).

Quanto à função biológica, as famílias, por meio do oferecimento dos cuidados necessários ao recém-nascido, têm assegurado a sobrevivência da espécie humana. No que se refere às funções psicológicas, as famílias têm sido responsáveis pelo oferecimento de afeto e suporte, fundamentais para o desenvolvimento emocional da criança. Em relação à função social, as famílias têm ocupado papel central na transmissão cultural, por meio da transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes na sociedade (OSÓRIO 1996).

É importante destacar que o desenvolvimento humano apresenta caráter relacional, uma vez que pressupõe trocas mútuas com os ambientes nos quais a pessoa se insere (SZYMANSKI, 2004), e que as relações familiares se caracterizam por influências recíprocas, intensas e prolongadas. Nesse sentido, quando nasce uma criança com deficiência, toda a família é influenciada na sua identidade, configuração e funcionamento. Tal influência acontece por se tratar de uma experiência inesperada, de mudança de planos e expectativas dos pais (FIAMENGHI JR; MESSA, 2007).

Segundo Franco e Apolônio (2002), a história da criança na família inicia-se anteriormente ao seu nascimento: é na imaginação e no pensamento dos pais que a criança nasce, antes mesmo do parto. Dessa forma, é no período de idealização do bebê que as qualidades iniciais necessárias para o processo de vinculação entre o bebê e os pais estão presentes. Porém, não se compõe apenas de boas qualidades, uma vez que se fazem também presentes as preocupações com a saúde, o bem-estar e a perfeição do bebê, sendo comum o temor em relação à deficiência.

Os pais idealizam uma criança em suas mentes e, desde o princípio, fantasiam sobre o sexo do bebê, o desempenho na escola, a carreira que irão seguir, entre outras questões. O lugar da criança nas famílias é, portanto, influenciado pelas expectativas que os progenitores têm sobre ela (FIAMENGHI JR; MESSA, 2007 p. 239).

Nesse sentido, a perspectiva acerca da criança com deficiência:

(...) começou por nascer no pensamento dos pais, como um bebê perfeito e idealizado, o impacto emocional que traz consigo, seja no nascimento ou no momento de identificação da deficiência, será necessariamente de desilusão. Desta desilusão, funda-se o luto. A perda dos objetos relacionais é sempre acompanhada de sofrimento emocional, dor mental e exige um período de luto. Neste caso, entretanto, não se perde o ser relacional, mas sim, o objeto idealizado. Esta é a questão central do desenvolvimento emocional da família, mais do que o problema inicial de luto e de elaboração do sofrimento, trata-se agora de saber o que fazer com este bebê real (FRANCO; APOLÓNIO, 2002, p. 41).

Toda a expectativa familiar é acometida por uma situação inesperada, frente ao nascimento de uma criança com deficiência. Os planos de futuro para essa criança, assim como para os demais membros da família, são modificados e a experiência de parentalidade passa a ser ressignificada (FIAMENGHI JR; MESSA, 2007).

Os pais, e em especial os pais de crianças com deficiência, naturalmente apresentam sentimentos ambivalentes que vão de encontro à nossa formação moral-ideológica, invariavelmente separatista: certo ou errado, amor ou ódio, feio ou bonito, bom ou mau, saudável ou doente. Contudo, é fundamental revelar a estes que estas ambivalências existem e podem ser compreendidas e administradas (SANTOS; OLIVEIRA, 2015).

O sofrimento emocional causado pelo nascimento de um filho com deficiência, ao ser entendido como um processo de re-idealização, permite restaurar os processos vinculativos fundamentais ao desenvolvimento da criança e da família (FRANCO; APOLÓNIO, 2002). Há certamente um caminho para que estas crianças possam “nascer de novo”, serem novamente idealizadas, investidas no pensamento, no desejo e na fantasia (FRANCO; APOLÓNIO, 2002).

É essencial perceber que a criança com deficiência apresentará todos os problemas e artimanhas diárias comuns às crianças com ou sem deficiências, e que o fator decisivo do nível de acolhimento desta em suas famílias consiste no grau de distinção que se consegue fazer entre os problemas diretamente decorrentes da deficiência em si e aqueles que são vividos por qualquer pessoa em desenvolvimento (SANTOS; OLIVEIRA, 2015).

A forma como cada família supera uma crise depende de diversos fatores: a história de cada membro, as situações de conflito enfrentadas e como foram solucionadas, o sistema de crenças, a capacidade de enfrentar situações de mudança, o nível das expectativas, a capacidade de comunicação do grupo familiar, as relações que a família estabelece com os outros e a possibilidade de buscar

ajuda, o enfrentamento de outra crise simultânea à do nascimento da criança com deficiência, o nível cultural e socioeconômico da família, e a existência ou não da rede de apoio (NÚNEZ, 2003 apud FIAMENGI JR; MESSA, 2007).

As interações desenvolvidas no ambiente familiar são, provavelmente, as que trazem implicações mais profundas para o desenvolvimento humano, pois é, em geral, com a família que a criança aprende a administrar os seus conflitos, a regular as suas emoções, a expressar os seus sentimentos e, assim, lidar com as diversidades e as adversidades da vida (WAGNER et al., 1999). Tais aquisições adquiridas no ambiente familiar apresentam repercussões em outros contextos com os quais a criança interage (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2001), o que sugere a potencialidade da família enquanto agente na inclusão da pessoa com deficiência.

O conceito de inclusão social pode ser entendido como um processo pelo qual toda a sociedade busca se adaptar para incluir, em seus sistemas sociais, pessoas com deficiência e possibilitar que estas desempenhem seus papéis na sociedade (SASSAKI, 1997 apud SANTOS; OLIVEIRA, 2015). Nesse sentido, a concepção de inclusão pressupõe que o desafio da convivência com o diferente, possibilite o desenvolvimento de mecanismos de igualdade que permitam o fortalecimento da democracia (SANTOS; OLIVEIRA, 2015).

Conforme os referidos autores, na inclusão, todos são responsáveis por reduzir os obstáculos e possibilitar o acesso de pessoas com deficiência a uma vida mais digna. Uma vida autônoma é considerada vital para o processo de inclusão, pois com ela as pessoas com deficiência podem apresentar uma participação de maior qualidade na sociedade, tanto na condição de usuários de bens e serviços, como também de contribuintes ativos no desenvolvimento social, econômico, cultural e político.

Nesse contexto, as famílias podem ser consideradas elemento fundamental para a promoção e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, seja por meio de sua atuação direta enquanto *lócus* de desenvolvimento, ou pela luta junto à sociedade organizada pela implantação de políticas de inclusão eficientes.

3 I AS FAMÍLIAS NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO

Quando considerada a centralidade da família na constituição do ser, e a sua potencialidade enquanto agente no processo de desenvolvimento do indivíduo, identificamos a sua contribuição para a inclusão deste na sociedade. Porém, vale ressaltar que não depende unicamente das famílias para que a inclusão se materialize, e sim de todo o sistema de políticas para assegurar a efetiva inclusão.

Decorrente do sistema econômico capitalista em que vivemos, as políticas sociais se tornaram fragmentadas e individualizadas, seguindo apenas a lógica do

indivíduo isolado, e enfraquecendo, assim, a proteção às famílias.

Apenas no final dos anos 1970, observou-se o surgimento da preocupação com as famílias, e é na Constituição Federal de 1988 que se incorpora a discussão sobre a importância desta na proteção social, passando às famílias a responsabilidade pelo cuidado de seus membros. “Na política de assistência social, a ênfase na matricialidade sociofamiliar tem exigido uma família participativa e investido no fortalecimento de seus vínculos e no aumento de sua capacidade protetiva” (MIOTO, 2015).

Porém, essa responsabilidade atribuída às famílias está relacionada à desresponsabilização do Estado perante a sociedade, alimentada pela ideologia neoliberal. A sociedade passa a se alimentar pela solidariedade e as famílias assumem um papel voluntarista e de provedora do bem-estar de seus membros.

O trabalho familiar compreende o conjunto das atividades desenvolvidas pela família no processo de provisão de bem estar social. Esse tipo de trabalho abrange as tarefas domésticas; o cuidado de seus membros, especialmente os dependentes; e também os investimentos que as famílias têm que fazer no campo das relações com outras instituições, as quais exigem energia, tempo e habilidades (MIOTO, 2015, p.706).

E quando consideradas as famílias das pessoas com deficiência, a responsabilidade familiar encontra-se duplamente intensificada, pois é exigida, na maioria das vezes, a dedicação integral dos responsáveis. Estes têm, na maioria das vezes, que abdicar do trabalho remunerado para se dedicar aos cuidados do membro familiar com deficiência.

Dando respaldo legal a estas famílias vitimizadas pela ausência de políticas que as amparem de forma integral, a Lei 13.146/2015 que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência trouxe grande avanço. Com destaque ao art. 6º, a mudança substancial foi relativa à capacidade civil. Pela nova lei, a pessoa com deficiência não se encontra mais no rol dos absolutamente incapazes, novidade esta que modificou inclusive a legislação civil, com respaldo constitucional. De agora em diante, a pessoa com deficiência apresenta plena capacidade civil para contrair matrimônio e união estável, exercer direitos sexuais e reprodutivos, conservar sua fertilidade, decidir pela quantidade de filhos que deseja ter, e se encontra em igualdade de condições com as outras pessoas no processo de adoção (como adotante ou adotando), exercendo iguais direitos quanto à guarda, à tutela e à curatela.

A curatela passou a ser medida extraordinária, somente cabível em questões patrimoniais e negociais. Nesse ponto, destaca-se o instituto da Tomada de Decisão Apoiada, que surgiu como uma medida menos invasiva, que permite maior liberdade de escolha para a pessoa com deficiência, resguardando sua autonomia privada.

Com isso, o sujeito passa a ter o livre arbítrio de escolher pessoas idôneas de sua confiança, que lhe auxiliarão e atuarão como meros conselheiros (e não mais representantes). Como é sabido, tal função, em geral, é exercida por algum membro familiar próximo, com quem o indivíduo mantém contato íntimo em relação de lealdade. Logo, percebemos que mesmo adquirindo maior autonomia civil, a família da pessoa com deficiência ainda exerce papel importante.

Além disso, não só pensando na família em que pessoa com deficiência foi criada, é importante destacarmos a família que ela poderá formar por sua livre escolha. Enquanto há pouco tempo atrás, a pessoa com deficiência geralmente passava o resto de sua vida ao lado de seus pais ou responsáveis, a partir de agora ela poderá formar sua própria família, seja por meio do casamento, da união estável, pela adoção de filhos, ou constituindo qualquer tipo de relação familiar que lhe interessar. E esta é uma das grandes conquistas do Estatuto da Pessoa com Deficiência, no que concerne ao Direito de Família: o direito de constituir uma nova família, exercendo sua autonomia privada, devido a sua plena capacidade civil.

Nesse sentido, fica clara a necessidade de um olhar cuidadoso às famílias, que possibilite a compreensão de suas peculiaridades e dos desafios presentes em seu cotidiano. A partir desta compreensão, se faz necessária a construção de mecanismos de inserção e encaminhamento das famílias, por meio de políticas sociais, para que a interação das mesmas com o ambiente social mais amplo possa apresentar efeitos de proteção sobre todos os seus membros e, em especial, sobre as pessoas com deficiência.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as noções socialmente construídas acerca das famílias e da pessoa com deficiência, o presente estudo tratou da importância e do lugar das famílias na formação do indivíduo e sua potencialidade, além da responsabilidade no processo de inclusão e de apoio na formação de suas próprias famílias.

Não se pode negar que o Estatuto de Pessoa com Deficiência trouxe maior autonomia, diminuindo as diferenças entre as pessoas com deficiências e as demais. Contudo, a posição da família ainda é de extrema importância neste cenário, visto que os familiares da pessoa com deficiência não só poderão atuar como conselheiros na tomada de decisões, mas também continuam exercendo influência indireta nas escolhas desses sujeitos. Afinal, mesmo agora possuindo plena capacidade civil para exercer diversos direitos - antes não permitidos, a família ainda mantém seu papel de apoio e exemplo no desenvolvimento e na educação do indivíduo, influenciando suas escolhas e orientando suas decisões.

Assim, compreender e oportunizar o cuidado às famílias que convivem

com pessoas com deficiência é essencial, não somente para a manutenção de relações familiares saudáveis e favorecedoras do desenvolvimento humano, e o enfrentamento das situações de adversidade relacionadas à deficiência, mas, sobretudo, para a construção de culturas inclusivas. Afinal, sem amparo estatal, as famílias sozinhas, não conseguem concretizar a inclusão. Para além da vontade do indivíduo é preciso que haja todo um sistema de proteção social que favoreça a inclusão da pessoa com deficiência, podendo esta, exercer seu poder de escolha com o apoio familiar e com a proteção do Estado.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. **Estatuto da pessoa com deficiência**: principais alterações. Migalhas, 2016. Portal jurídico, com doutrina, jurisprudência e legislação. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI235297,51045Estatuto+da+pessoa+com+deficie+ncia+Principais+alteracoes>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

ARANHA, M. S. F. Integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica. **Temas em Psicologia**, v. 3, n. 2, p. 63-70, 1995.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: LCT, 1981.

CARNEIRO, K. A. **Principais alterações do Estatuto da Pessoa com Deficiência no âmbito do Direito Civil**. Guia Jurídico Diário. Disponível em: <http://www.profareisguida.com.br/2016/07/principais-alteracoes-do-estatuto-da_19.html>. Acesso em: 10 jul. 2017.

CASARIN, S. Aspectos psicológicos na síndrome de Down. In: SCHWARTZMAN, J. S. (Org.). **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999, p. 263-285.

FIAMENGI JR, G. A.; MESSA, A. A. Pais, filhos e deficiência: estudos sobre as relações familiares. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 27, n. 2, p. 236-245, 2007.

FRANCO, V.; APOLÔNIO, A. M. Desenvolvimento, resiliência e necessidades das famílias com crianças deficientes. **Revista Ciência Psicológica**, n. 8, p. 40-54, 2002.

FURST, M. M. **O Estatuto da Pessoa com Deficiência e o Direito à família**. Jusbrasil, 2016. Disponível em: <<https://dramarcelamfurst.jusbrasil.com.br/artigos/305114606/o-estatuto-da-pessoa-com-de-ficiencia-e-o-direito-a-familia>> Acesso em: 10 jul. 2017.

MASSA, A. A. **O Estatuto da Pessoa com Deficiência e as repercussões para o direito de família**. São Paulo: Angélico Advogados, 2016. Disponível em: <<http://blog.angelicoadvogados.com.br/2016/02/26/o-estatuto-da-pessoa-com-deficiencia-e-as-repercussoes-para-o-direito-de-familia/>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MIOTO, R. C. T. Política social e trabalho familiar: questões emergentes no debate contemporâneo. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.114, p.699-720, 2015.
PESSOTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984.

SANTOS, A. C. A; OLIVEIRA, V. M. S. A família como elemento para a inclusão social do deficiente. **Ideias & Inovações**, v. 2, n. 2, p. 47-58, 2015.

SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. Deficiência mental e família: implicações para o desenvolvimento da criança. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 17, n. 2, p. 133-141, 2001.

SCHWARTZMAN, J. S. Histórico. In: SCHWARTZMAN, J. S. (Org.). **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999, p. 3-15.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente 44, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 58, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 79, 80, 81, 82, 153

Advogado 42, 116, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Alienação parental 70, 71, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 82

B

Bolsa Família 17, 18, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 34

C

Cícero 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211

Conhecimento 2, 2, 44, 47, 51, 54, 56, 57, 58, 84, 89, 94, 120, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 131, 136, 140, 148, 149, 154, 194, 195, 199, 201, 203, 204, 209

Criança 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 61, 63, 64, 65, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 87

D

Deficiência 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69

Desenvolvimento 5, 19, 23, 25, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 42, 43, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 67, 68, 69, 76, 79, 87, 92, 98, 100, 103, 108, 111, 114, 119, 123, 129, 130, 153, 167, 173, 176, 178, 182, 183, 185, 186, 187, 199, 205, 220, 221

Direito autoral 161

Direitos humanos 1, 3, 4, 5, 8, 9, 13, 15, 16, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 42, 70, 74, 87, 101, 112, 115, 116, 124, 220

Direitos sociais 7, 11, 17, 18, 22, 28, 31, 32, 35, 36, 38, 42, 47, 50, 53, 54, 58, 220

E

Empresa 119, 120, 121, 126, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 139, 140, 144, 147, 154, 155, 156, 170, 173

Epistemologia 2, 164, 166, 168, 169, 171, 172, 174, 175, 187

F

Família 13, 17, 18, 22, 23, 25, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 53, 54, 55, 56, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 76, 77, 79, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 105, 106, 112, 200

Filosofia do Direito 2

G

Gênero 73, 76, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 151, 158, 179, 212

I

Idoso 83, 85, 86, 87, 88, 94, 95

Inclusão 8, 23, 27, 40, 42, 48, 59, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 69, 94, 99, 114, 184

J

Justiça 4, 8, 9, 13, 24, 31, 32, 35, 41, 49, 50, 53, 62, 82, 89, 91, 96, 106, 107, 108, 109, 111, 115, 116, 130, 176, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 218

L

Lavagem de dinheiro 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196

M

Mediação 83, 151, 176, 177, 178, 180, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

P

Pobreza 5, 9, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 40, 42, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 86, 201

R

Registro de marca 135, 137, 145

S

Sociedade 1, 2, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 29, 35, 41, 42, 50, 52, 53, 54, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 72, 73, 83, 84, 86, 88, 89, 91, 94, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 108, 113, 114, 117, 118, 122, 126, 132, 136, 153, 159, 164, 165, 166, 167, 169, 174, 175, 177, 180, 184, 186, 187, 192, 197, 198, 201, 202, 204, 205, 208, 209, 210, 212, 215, 216, 217, 218, 219, 220

Sociedade da Informação 164, 165, 166, 167, 169

T

Teoria 2, 42, 69, 81, 95, 158, 162, 168, 175, 181, 182, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 210, 220

Teoria da cegueira deliberada 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196

Transexual 97, 106, 108, 110, 111, 115

V

Vidas negras 1, 2, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15

Violência doméstica 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 82



Teoria do Conhecimento, Epistemologia e Filosofia do Direito

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Teoria do Conhecimento, Epistemologia e Filosofia do Direito

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 